



Volume 9, número 2, p. 176 - 199, 2025

FRAGILIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E O PAPEL DO ESTADO: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O BANCO ITA

Oz Iazdi¹

Alice Shadia dos Santos Assan²

Resumo: Esse artigo examina a economia solidária como um modelo alternativo para o desenvolvimento endógeno, tendo ênfase no papel dos Bancos Comunitário de Desenvolvimento (BCDs), como instrumentos de inclusão e democratização financeira e fortalecimento regional. Foi utilizada a metodologia qualitativa de natureza descritiva, com base em pesquisa bibliográfica e uma entrevista semiestruturada com a representante do Banco ITA, localizado no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã-MS. A análise dos dados adquiridos possibilitou entender como os BCDs operam nas estratégias de autogestão, fomento da economia local e da solidariedade. Com a entrevista, os resultados apontam que o Banco ITA contribui para o fortalecimento da circulação de renda e apoio aos empreendimentos de maneira significativa. No entanto, enfrenta dificuldades causadas pelo sucateamento de políticas públicas voltadas a economia solidária. É possível constatar que a falta da presença do estado com incentivos para o desenvolvimento de iniciativas como o Banco ITA compromete a sustentabilidade desses modelos de desenvolvimento. Por fim, conclui-se que os BCDs representam uma ferramenta eficaz para o fomento do desenvolvimento econômico regional e inclusão socioeconômica, mas, para sua plena performance, faz-se necessário a presença de políticas institucionais para o fortalecimento dessas inclusões financeiras comunitárias.

Palavras-chave: Economia Solidária; Bancos Comunitários; Democratização do Acesso ao Crédito; Desenvolvimento Regional.

¹ Doutor em Teoria Econômica pela UNICAMP; Mestre em Economia pela FGV-SP; e Bacharel em Ciências Econômicas pela PUC-Campinas. Professor de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: ozsolon@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-4462-7668>

² Graduada em Ciências Econômicas (UEMS). ashadia100@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-2027-4426>

WEAKENING OF THE SOLIDARITY ECONOMY AND THE ROLE OF THE STATE: A CASE STUDY BASED ON AN EXPERIENCE REPORT ON THE BANCO ITA

Abstract: This article examines the solidarity economy as an alternative model for endogenous development, with emphasis on the role of Community Development Banks (CDBs) as instruments of financial inclusion, financial democratization, and regional strengthening. A qualitative and descriptive methodology was used, based on bibliographic research and a semi-structured interview with the representative of Banco ITA, located in the Itamarati Settlement in Ponta Porã, MS. The analysis of the collected data made it possible to understand how CDBs operate through strategies of self-management, local economic promotion, and solidarity. Based on the interview, the results indicate that Banco ITA significantly contributes to strengthening local income circulation and supporting local enterprises. However, it faces challenges caused by the deterioration of public policies aimed at the solidarity economy. It is evident that the lack of state involvement and incentives for the development of initiatives such as Banco ITA compromises the sustainability of these developmental models. Finally, the study concludes that CDBs represent an effective tool for fostering regional economic development and socioeconomic inclusion, but that their full performance requires institutional policies that strengthen these forms of community-based financial inclusion.

Keywords: Solidarity Economy; Community Banks; Democratization of Access to Credit; Regional Development.

1 Introdução

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são uma boa forma de fomento econômico em locais periféricos com baixo grau de desenvolvimento e carência social. Segundo Oliveira et al. (2023, p.1007), “a implementação dos BCDs representa uma alternativa ao sistema financeiro hegemônico. Seus serviços de crédito não são concedidos meramente como um produto micro financeiro, mas como uma política de inclusão social”. Neste ensejo, constituídos por indivíduos da comunidade que, em sua maioria, não possuem conhecimento formal sobre gestão administrativa e finanças, os trabalhadores dos BCDs precisam desenvolver processos de decisão, visando superar todos os tipos de ameaças e, solidamente, atender aos anseios da própria comunidade da qual fazem parte (Frizon et al., 2015). Neste sentido, na última década a economia solidária se constituiu e se desenvolveu a partir de inúmeras iniciativas, motivadas especialmente pelo envolvimento dos trabalhadores (as) que passaram a solicitar ações do poder público através de políticas e projetos de governo que pudessem atender o movimento e que, dentre outros resultados, fomentou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). (Silva et al., 2020).

De acordo com Chiariello:

A SENAES representou, em certo sentido, a institucionalização de um rol de demandas represadas pelos diversos movimentos sociais, urbanos e rurais, por políticas públicas de fomento de trabalho e renda sob o arco organizacional de empreendimentos econômicos solidários, possibilitando sua implementação, desenvolvimento e continuidade de suas atividades de forma autogestionária (Chiariello, 2020, p. 98).

Sendo descrito pela SENAES, as finanças solidárias são iniciativas que buscam “fortalecer e reproduzir relações de confiança com base na reciprocidade”, de modo que “distinguem-se do sistema financeiro convencional pelas regras de acesso e funcionamento qualitativamente diferenciadas que são definidas solidariamente pelas comunidades ou conjunto de associados” (Oliveira et al, 2023, p.1006). No entanto, a experiência institucional teve pouca duração. Em 2016, a Secretaria foi deslocada e rebaixada, e, finalmente, em 2019, extinta, o que representou “uma interrupção de uma experiência de política pública direcionada para a ação coletiva de trabalhadores e trabalhadoras” (Chiariello, 2020, p. 97). O fim da secretaria trouxe inúmeras dificuldades para a continuação de pleno funcionamento dos BCDs, prejudicando diretamente as comunidades que já estavam no processo de desenvolvimento econômico regional, trazendo uma diminuição drástica na concessão de crédito e da atividade dos bancos, pois seus funcionários passaram a ser voluntários e a captação de recursos advém, agora, através de bazares solidários.

Um dos BCDs prejudicado com a carência de incentivos estatais é o Banco ITA, localizado no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã. O Banco ITA teve seu começo em 2012, e na época, seus serviços em prol da comunidade do Assentamento foi de grande impacto, trazendo um amparo financeiro antes impensável para os moradores do local.

Os pequenos agricultores do Itamarati sempre encontraram grande dificuldade em viabilizar suas atividades dentro do modelo de produção agrícola mercadológica, dominado pela competição desigual em favor dos latifúndios e monoculturas. A produção agroecológica e a construção de alternativas de desenvolvimento mais sustentáveis e colaborativas têm sido uma importante estratégia de fortalecimento entre os assentados do Itamarati. (Oliveira et al, 2023, p. 1010). A iniciativa de finanças solidárias tem contribuído para importantes transformações, como a maior geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária, engendrando, como resultado, o atendimento de necessidades prioritárias dos

assentados e melhoria da qualidade de vida. (Oliveira et al, 2023, p. 1010). A necessidade de entender e divulgar a situação da economia solidária atualmente, como no caso do Banco ITA, faz com que haja mais visibilidade e comoção social dada a importância do tema, trazendo à tona a realidade dos projetos direcionados ao desenvolvimento econômico regional de locais periféricos, de forma que enfatiza o desinteresse do estado brasileiro em democratizar o acesso ao crédito e melhores condições de sustento de pequenos comerciantes e agricultores.

Assim, o objetivo deste artigo é buscar apresentar a importância da economia solidária como ferramenta de fomento econômico regional através dos BCDs e entender o papel do estado nesse contexto. Discutir também como incentivos estatais podem afetar iniciativas de economias de cooperação comunitária, trazendo como exemplo o Banco ITA. Será analisado, a partir dos dados coletados, como se encontram as políticas voltadas à economia solidária até os dias atuais e de que maneira sua continuidade e reestruturação ou ausência afetam a existência dessas experiências locais. No mais, este estudo procura contribuir para uma reflexão sobre o tema, iluminando a compreensão da importância que o debate sobre iniciativas solidárias possui, sendo eles modelos alternativos de desenvolvimento endógeno.

Este artigo possui 5 seções. Na seção 1, ele introduz a temática dos BCDs e apresenta os seus objetivos de pesquisa. Na seção 2, introduz a discussão teórica sobre a economia solidária e os BCDs. Em seguida, na seção 3, apresenta-se a metodologia qualitativa da pesquisa, particularmente, o processo de entrevista semiestruturada realizada com a agente do Banco ITA. A seção 4 realiza uma análise crítica referente ao relato de experiência feito pela representante do Banco ITA. Por fim, a seção 5 discute os resultados encontrados e as considerações finais.

2 Economia solidária e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento

2.1 Os aspectos teóricos da economia solidária

A sociedade tem como concreto o sistema financeiro consolidado, onde é inimaginável sua inoperância em um mundo moderno com suas ferramentas essenciais para manter a liquidez da economia. A ideia de que o crédito está disponível para atender tanto necessidades pessoais quanto empreendedoras pode transmitir uma sensação de democratização, sob uma perspectiva geral, principalmente a contar de grandes centros, no qual é possível encontrar muitos bancos e

financeiras que encurtam a distância e o tempo para se adquirir crédito no mercado. Apesar de o acesso ao crédito parecer democrático em um panorama amplo, ao considerar contextos específicos, como a localidade e a renda média da população, percebe-se que essa facilidade é, na verdade, seletiva. Em regiões de menor renda, os altos juros tornam o crédito inacessível, tornando a ideia de democratização uma utopia que desconsidera as particularidades econômicas locais.

A economia solidária opera a partir do princípio da cooperação entre pessoas, ao contrário da economia capitalista tradicional, que estimula o sucesso individual como responsabilidade única de cada pessoa. Essa perspectiva coletiva rompe com a lógica individualista ao priorizar o bem comum e a construção conjunta de soluções. Para Singer et al (2014), a economia solidária é uma forma de produção na qual tudo aquilo que é produzido pertence aos mesmos que o produziram. “A economia solidária constitui uma estratégia de desenvolvimento para comunidades que prezam sua autonomia e fazem questão de que todos os membros se beneficiem do desenvolvimento, que resulta do esforço de todos.” (Singer et al, 2014, p.3). Tal trabalho de prover desenvolvimento econômico em certas regiões advindo de forças coletivas da comunidade local é uma prática de sustentabilidade econômica muito eficiente e que traz retornos significativos tanto na melhoria da qualidade de vida dos moradores onde essa iniciativa social se desenvolve como também na autonomia social que passa a se tornar capaz de suprir demandas que antes eram de responsabilidade individual, o que dificultava o desenvolvimento coletivo da região.

As práticas da economia solidária surgem, na maioria das vezes, em localidades de baixo grau de escolaridade e regiões de altos índices de vulnerabilidade social, onde o estado não se faz presente e, por sua vez, corrobora para o aumento da desigualdade social e da pobreza extrema. Para se ter um bom e contínuo funcionamento de uma economia solidária, é imprescindível o apoio estatal. Medidas como programas de transferência de renda, expansão do acesso à moradia, apoio a pequenos produtores e melhoria no transporte público são indispensáveis para fomentar o desenvolvimento regional em localidades com baixos índices de inclusão social. Segundo Singer et al. (2014), para se superar a pobreza, é preciso um conjunto de ações de políticas públicas direcionadas não apenas à necessidade imediata, mas a diversos setores do âmbito social:

Melhoria do acesso e da qualidade dos serviços públicos e pelas oportunidades de inclusão no mundo do trabalho, seja no emprego assalariado ou por meio do autoemprego individual ou coletivo, o que requer o acesso aos ativos necessários à promoção de iniciativas de ocupação e renda: conhecimentos, crédito, infraestrutura produtiva etc. (Singer *et al.*, 2014, p.4).

Outro olhar a respeito da economia solidária é o cooperativismo, no qual conceitua uma ideia de democracia participativa. Desde a Revolução Industrial, surgiram reflexões sobre a relação do ser humano com o trabalho, com o meio em que vive e com suas interações sociais. O cooperativismo surge, assim, como uma alternativa de sistema igualitário, oferecendo uma opção de liderança coletiva aos envolvidos nos processos produtivos. Segundo De Sousa (2009), o cooperativismo vem de forças coletivas para um bem comum, tendo várias áreas de atuação, como por exemplo, o de crédito, o educacional, o de infraestrutura e o agropecuário. Tais áreas alimentadas pela economia solidária servem de suprimento para o fomento cooperativista que impulsionam o desenvolvimento social dos que ajudam no trabalho de coletividade solidária. Entretanto, a autora também comenta sobre as dificuldades que as formas de movimentos sociais independentes podem enfrentar, pois, se tratando de uma atividade de gestão solidária, a coletividade precisa ser um dos seus alicerces, mas, justamente este pilar tão importante, pode vir a ser o mais defeituoso. A coletividade é muito complexa quando se é necessária uma homogeneidade de ações, tendo em vista que nem todos têm o mesmo nível de formação, conhecimento sobre temas financeiros, facilidades de administração dos empreendimentos, disponibilidade de tempo ou de interesse na rotina solidária, dentre outros impasses sociais que o trabalho coletivo pode exigir. Divergências como essas dificultam o crescimento cooperativista e escancara suas fragilidades. Conforme afirma Lima (2004), somando-se a este fato, como o cooperativismo se expande em tempos onde existe instabilidade econômica e desemprego em alta, o viés colaborativo das iniciativas fica comprometido, tornando-se um reflexo da falta de opção dos trabalhadores do que por um compromisso real com a construção coletiva e a independência econômica conquistada.

Diante disso, uma maior compreensão do tema é um grande passo para sua consolidação e expansão. Democratizar o conhecimento sobre a economia solidária corrobora para o alcance dos seus objetivos, onde se busca uma diminuição na desigualdade social, melhoria na qualidade de vida, diminuição da evasão escolar e o fim da pobreza extrema. Para Iazdi (2021), há uma busca por maior atenção para a propagação dos princípios solidários por parte dos movimentos de economia solidária, cujo fortalecimento da economia local e a promoção do cooperativismo intensificam as iniciativas de autonomia coletiva, capaz de fortalecer vínculos

comunitários e prover alternativas sustentáveis de produção e consumo. “Essa estrutura distributiva da ES provê condições para diminuir as desigualdades de oportunidades ao coletivizar os custos com o capital humano, promovendo capacitação a trabalhadores que estão à margem das políticas públicas ou que não recebem oportunidades de capacitação e ascensão.” (Iazdi, 2021, p.14)

As diferenças estruturais entre economias comunitárias e economias capitalistas explicitam a forma que ambas agem nos ambientes onde é aplicada. Na economia solidária existe um princípio fundamental de igualitarismo na partilha de recursos e bens que é suportado por modelos de propriedade coletiva ou associativa. Nos empreendimentos solidários, a compensação financeira costuma ser mais justamente distribuída entre os membros participantes com ênfase na garantia das necessidades básicas de todos ou adotando critérios como pagamento por hora trabalhada sem estabelecer hierarquias rígidas de funções. Outra questão crucial da economia solidária é o estímulo constante à formação técnica e educacional de seus participantes, favorecendo a democratização do acesso ao saber e ampliando as possibilidades de aprendizado para além do que é disponibilizado pelas políticas públicas governamentais (Iazdi, 2021).

No sistema capitalista existem, frequentemente, hierarquias no trabalho com consideráveis disparidades salariais e distribuição de renda conforme as leis do mercado. O lucro é retido por uma minoria que detém o capital e os trabalhadores geralmente têm pouco ou nenhum envolvimento nas decisões ou nos resultados da produção. Por outro lado, na economia solidária as decisões são feitas de forma colaborativa e justiça na redistribuição de ganhos é priorizada em vez do lucro, o foco principal está em atender às necessidades dos participantes e da comunidade. Para França Filho (2002), entender a existência de uma nova maneira de organização social por meio da economia solidária, é o mesmo que dizer que é possível desvincilar a lógica tradicional de mercado-estado da realidade da população utilizando como base os conceitos de produção comunitária.

2.2 O papel dos bancos comunitários de desenvolvimento

Os BCDs têm por objetivo fomentar o trabalho e empreendimento de economias regionais, a corroborar com a diminuição das desigualdades de localidades periféricas e altos índices de pobreza populacional. Sua base de apoio é a economia solidária, que fomenta práticas

de desenvolvimento sustentável para a melhoria da qualidade de vida e novas práticas de comercialização. Os BCDs também possuem estratégias para a expansão do consumo solidário, uma vez que a comunidade local já está adaptada às características de uma economia solidária, onde recursos para empreendimentos saem da própria comunidade e suas sobras são revertidas para eles. Iniciativas como essas passaram a ser cada vez mais populares, o que levou à criação da SENAES, à fundação e ao fortalecimento de cooperativas, associações e bancos comunitários.

O BCD pioneiro no país é o Banco Palmas, fundado pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) em 1998, na periferia de Fortaleza, Ceará. Desde sua fundação, oferta duas formas de linhas de créditos, a de microcrédito em Real e a moeda social instituída pelo banco. A primeira linha de crédito serve para fomento produtivo e facilitação do acesso a insumo para empreendimentos vindos tanto do comércio quanto da agricultura. Já a segunda modalidade de crédito é voltada para o consumo na região, onde os comércios aceitam a moeda social e podem fornecer descontos para incentivar o uso dessa moeda. Para Junior-Mestre (2007), existem características específicas que diferenciam os BCDs dos bancos comerciais e outros tipos de financeiras fornecedoras de crédito da forma tradicional e popular, sendo elas:

- i) A coordenação do Banco e gestão dos recursos são efetuados por uma organização comunitária;
- ii) A utilização de linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade;
- iii) A concessão e cobrança dos empréstimos são baseados nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico;
- e iv) A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local (Junior-Mestre, 2007, p. 1)

A criação de novos BCDs e a mentoria do seu desenvolvimento tem como principal referência o Instituto Banco Palmas, que atua na disseminação das metodologias utilizadas nas constituições dos bancos. No começo dos anos 2000, houve uma expansão do modelo de BCD tendo como referência o Banco Palmas no país. Esse crescimento foi pautado por princípios metodológicos da economia solidária, os quais orientam o funcionamento dessas iniciativas financeiras comunitárias. Para além do contexto nacional, houve também uma expansão desse modelo referência para outros países, como a Venezuela. Nesta realidade, a economia solidária

passou a ser tratada como pauta de política pública, mobilizando o poder executivo venezuelano a investir, financiar e garantir o pleno funcionamento dos BCDs. (Junior Mestre, 2007)

2.3 Banco Comunitário ITA

Em 2011, a comunidade do assentamento Itamarati foi contatada por uma Organização da Sociedade Civil (OSC) chamada Associação Ateliê de Ideias, organização responsável por iniciativas ligadas às organizações solidárias. A entidade havia elaborado, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego na época, um projeto voltado à expansão dos bancos comunitários na região Centro-Oeste.

O Ateliê de Ideias já possuía experiência nessa área desde 2005, sendo gestor do Banco Bem, localizado em Vitória-ES. O projeto aprovado pela SENAES tinha como objetivo principal fortalecer o Banco Pire, que já estava em funcionamento em Dourados-MS, e incentivar a criação de outros nove bancos comunitários em diferentes localidades da região. A proposta era apoiar o desenvolvimento local por meio de práticas alinhadas aos princípios da economia solidária, promovendo acesso ao crédito, circulação de moeda social e incentivo à produção comunitária.

O Banco ITA iniciou as atividades em 2012, e possuía linhas de acesso a crédito tanto em real, quanto em moeda social. Os recursos utilizados na época eram de apenas R\$2.500,00 que foram garantidos através de bazares e doações. Ainda em 2012, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários passou a apoiar o banco do Itamarati, se tornando o banco pioneiro no país a ter seu modelo de promoção econômica solidária que começou a atuar na área com o objetivo de promoção do desenvolvimento local. (Benini et al, 2023)

Foi traçada uma estratégia de circulação de riqueza de maneira endógena a fim de fomento econômico local da comunidade, abrangendo dimensões sociais, culturais, ambientais e políticas. Seu intuito era de financiamento de produtores da região, estímulo do comércio no assentamento, o que ajudaria a gerar trabalho, estimular a variedade e o aumento da oferta de produtos e serviços, a partir das próprias capacidades da comunidade, aumentar a renda local e a autonomia econômica.

3 Metodologia de estudo do caso

3.1 Metodologia qualitativa

Para a compreensão da situação atual do Banco ITA, será utilizado o método de pesquisa qualitativo, de natureza descritiva e do tipo estudo de caso, com o objetivo de identificar pontos de fragilidades levantadas no estudo bibliográfico da economia solidária, visando entender também as razões que levaram ao atual estado de performance do banco. Na análise bibliográfica foram utilizados trabalhos acadêmicos publicados nos últimos vinte e seis anos, dando embasamento teórico para uma formulação de questionamento que levam à busca de sintetizar os dados que serão apresentados ao longo do artigo. Foram utilizados artigos de periódicos científicos, teses e dissertações, além de documentos oficiais.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a metodologia qualitativa trará um novo sentido para a realidade exposta do objeto em análise, a fim de mostrar outros aspectos pouco trabalhados com relação à economia solidária. Espera-se que, ao descrever a natureza e os objetivos do objeto em estudo, tornem-se nítidos os pontos debatidos nos dados bibliográficos, aprofundando tópicos potencialmente delicados, o que enriquece o arcabouço teórico deste artigo. Para Hill e Meager (1999), a pesquisa qualitativa ultrapassa a ideia de acumular transcrições de entrevistas na alternativa de não utilizar dados numéricos, mas utilizar técnicas para extrair informações que não são claras ou explícitas em informações numéricas.

A amplitude e a complexidade da informação que pode ser captada por métodos qualitativos são de particular importância para os projetos de investigação que se centram nos resultados de políticas. Mais importante ainda, os métodos qualitativos podem produzir dados que exigem que façamos perguntas novas ou diferentes, importantes para a compreensão dos processos econômicos. (Hill e Meager, 1999, p.18)

Usar esses métodos qualitativos de análise traz complexidade e profundidade à pesquisa, formando camadas informativas que permitem uma maior imersão ao conteúdo estudado e faz com que se tenha uma compreensão maior do que a esperada ao não se utilizar essa abordagem metodológica.

3.2 Processo de entrevista semiestruturada

A entrevista foi realizada de forma remota, por meio da plataforma de videoconferência Google Meet. A metodologia adotada para a condução e análise da entrevista baseia-se nas diretrizes propostas por Guazi (2021). De acordo com o autor, a entrevista semiestruturada deve ser organizada em seis etapas. A primeira etapa consiste na elaboração de um roteiro que norteie a condução da entrevista, garantindo o direcionamento temático necessário à obtenção dos dados almejados. A segunda etapa se refere à forma de abordagem dos entrevistados, incluindo estratégias de contato e elementos de convencimento para a participação voluntária na entrevista. A terceira etapa diz respeito à execução da entrevista propriamente dita, recomendando-se o seguimento do roteiro previamente estruturado, a formulação pontual de questões complementares quando necessário, bem como a atenção à organização logística do processo. A quarta etapa aborda a transcrição do conteúdo coletado, sendo possível optar entre a transcrição naturalista, que busca retratar a entrevista com riqueza de detalhes, e a transcrição não naturalista, priorizando os conteúdos centrais discutidos, com foco analítico. Na quinta etapa, contempla-se a análise dos dados obtidos, incluindo a identificação de padrões, categorias e significados, com a utilização de ferramentas que potencializem a compreensão e aproveitamento das informações extraídas. Por fim, a sexta etapa enfatiza a importância de uma descrição metodológica clara e detalhada, de modo a conferir legitimidade à pesquisa e conferir robustez às conclusões derivadas da aplicação da entrevista semiestruturada como instrumento metodológico.

Desta maneira, foi idealizado um cronograma teórico para a condução da entrevista, onde foram elaboradas 20 perguntas. Os primeiros questionamentos que abrem a entrevista visam o entendimento por trás da criação do banco, o intuito de suas funcionalidades na região em que opera e como fazia para se manter em operação. Ao longo da entrevista, buscou-se a compreensão de como, onde e quando se iniciou um processo de fragilização da conhecida experiência da economia solidária. Buscou-se também extrair a percepção dos impactos sentidos por causa dos desmontes de políticas públicas e de como o banco fez para tentar contornar os desafios impostos.

A partir das informações adquiridas, foram adicionadas perguntas complementares pontuais a fim de trazer maior entendimento do que foi apresentado pela entrevistada. Tal abordagem permitiu um aprofundamento do tema, captando tópicos que possivelmente passaria despercebido. A entrevista foi estruturada a fim de avaliar cinco esferas analíticas: primeiro, a

compreensão sobre a criação e a atuação do banco no passado; segundo, a percepção de mudança na atuação e no contexto de auxílio público ao banco ao longo do tempo; terceiro, o impacto das políticas públicas; quarto, a percepção sobre o impacto da economia solidária; quinto, as perspectivas futuras do banco.

O tratamento e análise dos dados obtidos seguiram os princípios da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), o que permitiu a identificação de categorias temáticas e padrões discursivos a partir das respostas da entrevistada. Essa técnica foi combinada com uma descrição interpretativa fundamentada em elementos teóricos da economia solidária, possibilitando entender os significados e implicações das falas no contexto da atuação do Banco ITA.

4 Entrevista do estudo de caso

4.1 Compreensão da história do Banco ITA e estrutura de crédito

A entrevista começa evidenciando uma necessidade que a comunidade tinha no período prévio à criação do Banco. Os moradores do assentamento buscavam por maior desenvolvimento e geração de renda com os meios que possuíam. Nessa perspectiva, os moradores da comunidade traçaram uma meta de autogestão a fim de inibir o déficit econômico da região, buscando espelhar-se na experiência bem-sucedida do banco comunitário de Dourados, o Banco Pire. Junto à SENAES, a Associação Ateliê de Ideias montou o projeto de criação banco comunitário, formando assim suas equipes de gestão e a moeda social que seria utilizada para o nascimento do Banco Comunitário ITA. Nas palavras da entrevistada:

[...] a Associação Ateliê de Ideias, que é a proponente do Banco Bem, lá de Vitória do Espírito Santo, escreveu um projeto junto à SENAES, que era a Secretaria de Desenvolvimento e Economia Solidária na época, e previa a construção e a estruturação de 10 bancos na região do Centro-Oeste. Fez contato com o Banco Pire de Dourados, e, como Dourados sabia do nosso interesse, automaticamente repassou para ela que a nossa Associação gostaria de participar. A partir daí, os técnicos da Associação Ateliê de Ideias passaram a fazer visitas constantes à comunidade. Aconteceram várias reuniões, e foi nessas reuniões que surgiram o Comitê Gestor, a proposta da moeda social, o nome da moeda, o nome do banco. Tudo surgiu a partir dessa discussão. Em 2012, foi a inauguração do nosso banco aqui na comunidade.

O Banco ITA proporcionou um investimento autossustentável ao assentamento, dando-lhes a capacidade de gerir os recursos financeiros na região no intuito de trazer maior dinâmica comercial, ampliando por sua vez o fluxo monetário do território. A chegada do banco abriu alas para que o desenvolvimento pudesse prosperar, trazendo também ofertas de crédito à comunidade para possibilitar maior oportunidade de crescimento dos empreendimentos familiares que a região possui. Isso mostra a alternativa que os cidadãos locais conseguiram para as linhas de crédito de bancos tradicionais, indo na contramão da lógica liberal capitalista, visto que todo valor investido na economia local permanece no assentamento, o que corrobora na promoção da autonomia econômica e inclusão social.

Existia a premissa junto à instituição do banco de que as linhas de crédito de moeda social ofertada fizessem com que os recursos utilizados das famílias que tomassem o crédito ocorressem exclusivamente no local. Anteriormente, segundo a entrevistada, a comunidade utilizava suas rendas majoritariamente nas cidades vizinhas e até mesmo no país vizinho, fragilizando a economia da região, uma vez que a renda gerada ali era escoada para as economias locais externas. A moeda social criada pelo Banco ITA era fornecida a taxa de juros zero, o que democratizava o acesso a este recurso e viabilizava a proposta que havia sido levantada no começo dos debates referentes à economia interna do assentamento de que se mantivesse a circulação de capital na comunidade a fim de promover o desenvolvimento regional de maneira endógena.

Uma das dificuldades enfrentadas pelo Banco ITA era o seu financiamento. A formação do fundo de crédito, que iria mais para frente vir a ser trabalhado pelo banco como linhas de crédito sem juros, foi levantada através de iniciativas mobilizadas pela comunidade com a realização de feiras, doações advindas de pessoas físicas e jurídicas, além da Assembleia Legislativa de Campo Grande, que foram essenciais para a obtenção do capital inicial. O início das atividades ocorreu com 2.500 reais que foram sendo administrados até haver melhor estruturamento e apoio de associações. O Banco começou o seu fornecimento de crédito em duas linhas: crédito para consumo e crédito produtivo, onde: o crédito para consumo é destinado a pessoa física para consumo local, utilizando a moeda social ITA; o crédito produtivo é destinado há empreendimento da região onde eles devem aceitar a moeda social ITA. Essas regras pré-estabelecidas facilitam na organização do capital do banco, para uma maximização do fornecimento de crédito de forma estratégica e eficaz. Essa experiência exemplifica como a autogestão de recursos e o senso de comunidade trouxeram resultados sem ter tido a

necessidade de endividamento e, mesmo havendo escassez do capital, a solidariedade comunitária foi determinante para a construção de uma alternativa financeira autônoma e não convencional.

De forma a aprofundar o entendimento referente ao fornecimento de crédito do Banco ITA, seus critérios e políticas de organização, foram elaborados quadros explicativos. O Quadro 1 apresenta as linhas de crédito fornecidas no banco e seus processos de concessão. No Quadro 2 detalha os critérios particulares das duas modalidades de crédito, Produtivo e de Consumo. Já o Quadro 3 mostra o conjunto de regras de monitoramento no pós-crédito, fundamental para entender a dinâmica de inadimplência dos tomadores. A sintetização desses dados contribui na compreensão dessas etapas e suas diretrizes que no fim, ajudam na organização dos recursos do banco.

Quadro 1 – Linhas de Crédito do Banco ITA

Linhos de Crédito	Descrição	Aprovação
Crédito Produtivo	Destinado a empreendimentos da Economia Solidária (familiares ou coletivos).	Comitê Gestor e Comitê de Análise de Crédito (composto por moradores).
Crédito de Consumo	Voltado ao consumo local, concedido em Moeda ITA e sem cobrança de juros.	Comitê Gestor.

Fontes: Dados fornecidos pela entrevistada.

Quadro 2 – Critérios para Concessão de Crédito

1. Critérios Gerais (válidos para ambas as linhas)	
Critério	Descrição
Residência	Ser morador há pelo menos 1 ano no Assentamento Itamarati, Ponta Porã – MS.
Referências Comunitárias	Ser referenciado por no mínimo 3 moradores (que residam há pelo menos 1 ano), sendo 2 vizinhos do proponente.
Situação cadastral	Não é obrigatório ter nome positivado nos órgãos oficiais de proteção ao crédito.
Inadimplência	Eventuais inadimplências implicam na restrição para novos créditos.
2. Critérios Específicos – Crédito Produtivo	
Critério	Descrição

Perfil do solicitante	Ser ou estar disposto a ser um empreendimento da Economia Solidária (familiar ou coletivo).
Projeto	Apresentar projeto economicamente viável comprovando o perfil solidário.
Referências comerciais	Apresentar 3 referências comerciais, além das referências comunitárias.
Aprovação	Ser aprovado pelo Comitê de Análise de Crédito (composto por moradores que conhecem o solicitante).
Moeda ITA	O empreendimento (se comerciante) deve aceitar a Moeda ITA.
Re-solicitação	Quem solicitar novamente entra na lista de espera existente.
3. Critérios Específicos – Crédito de Consumo	
Critério	Descrição
Moeda utilizada	Concedido em Moeda ITA.
Juros	Não pode haver cobrança de juros.
Limite de crédito	Definido gradualmente pelo Comitê Gestor.
Re-solicitação	Quem solicitar novamente entra na lista de espera existente.

Fontes: Dados fornecidos pela entrevistada.

Quadro 3 – Acompanhamento Pós-Crédito

Situação do Cliente	Frequência de Visitas
Adimplente	Visitas trimestrais dos Agentes de Crédito.
Inadimplente	Visitas mensais dos Agentes de Crédito.
Inadimplente há mais de 3 meses	Visitas mensais dos Agentes de Crédito com no mínimo 2 pessoas da comunidade.
Casos de sucesso	Visitas trimestrais.

Fontes: Dados fornecidos pela entrevistada.

4.2 Percepção de mudanças no banco e a fragilização das políticas públicas

O Banco ITA enfrentou uma mudança em seu formato de atendimento após a pandemia da Covid-19. De início, havia um polo de atendimento não tradicional, como a própria entrevistada compartilhou, não havia caixa eletrônico ou portas giratórias tal qual um banco

convencional, mas sim um ponto de referência que era utilizado como atendimento de balcão. Após a pandemia, não foi mais possível os atendimentos presenciais. Desde então, eles são feitos de forma remota, por telefone. O banco, nesta época, já não contava mais com o apoio do estado para manutenção dos recursos que o mantinha em funcionamento. Em 2016, houve o enfraquecimento das atividades realizadas pela SENAES devido ao seu rebaixamento para subsecretaria, e este fato foi de grande impacto para o Banco ITA. Como testemunhado pela entrevistada, quando houve essa mudança de posição da secretaria, de um dia para o outro não havia mais os auxílios financeiros que mantinham os funcionários remunerados que trabalhavam de forma exclusiva para o banco, não sendo mais possível mantê-los. A própria entrevistada, que é a representante do banco oficial, passou a trabalhar de forma voluntária, porém teve de buscar outra fonte de renda para manter sua renda.

O Banco ITA é um exemplo claro do que ocorreu com o sucateio das políticas de economia solidária. As consequências trazidas desse desmonte da SENAES foi crucial para a mudança da dinâmica de funcionamento do Banco ITA, pois expôs a organização solidária à fragilidade de sua estrutura que era altamente dependente do apoio do Governo Federal, deixando-a suscetível a abalos externos ao seu funcionamento, comprometendo a capacidade de continuação da iniciativa econômica solidária do assentamento.

Após a fragilização das atividades exercidas pela SENAES, o desamparo aos bancos comunitários um fator negativamente decisivo em alguns locais onde existia esse tipo de iniciativa de economia solidária. Como relatado pela entrevistada, após esse desmantelamento da secretaria, houve encerramento das atividades de 8 bancos comunitários na região Centro-Oeste, visto a impossibilidade de manter pessoas liberadas para trabalhar pelos bancos:

Para você ter uma ideia, no projeto inicial eram dez bancos na região Centro-Oeste. Até onde sei, apenas o Banco Pire, de Dourados, ainda funciona, além do nosso. Os demais não conseguiram se manter. Se formos pensar, o objetivo do banco comunitário não é o lucro. A gente não realiza essa atividade com foco em lucro. Não há uma reserva de caixa, não há de onde tirar o valor necessário para manter uma pessoa liberada para desenvolver as atividades do banco. Houve casos em que o banco fechou no mês seguinte. Anastácio é um exemplo, e Campo Grande também. Eles não conseguiram se manter e, infelizmente, não puderam dar continuidade ao trabalho.

Essas experiências solidárias explicita um fato: Não há como bancos comunitários possuírem viabilidade de longo prazo sem infraestrutura e apoio institucional. Este modelo de autogestão econômica tem como lógica de funcionamento o investimento social contínuo que

visa fomentar o desenvolvimento regional voltado para a inclusão produtiva da população local. Quando não se tem pessoas capacitadas, liberadas e remuneradas para realizar este serviço de gestão social no cotidiano, isso faz com que essas iniciativas solidárias se tornem vulneráveis à ausência de políticas públicas voltadas ao tema.

Bancos Comunitários não visam lucro no fornecimento das linhas de crédito, pois oferecem juros de valor irrisório ou até mesmo juro zero a fim de tornar o acesso a empréstimos viáveis. Esses créditos servem como incentivo à ideias empreendedoras, como relatado:

[...] *Essas pessoas ficaram sem acesso ao crédito, porque, uma vez inadimplentes, batiam na porta do banco e não conseguiam mais recurso. Então vinham ao banco comunitário e diziam: ‘Eu não sei lidar com vacas, mas sei fazer doce, sei fazer panificados, sei fazer rapadura, sei criar frango, gosto de mexer com isso, gosto de produzir hortaliças.’ Nesse período, houve um grande surgimento de pessoas trabalhando com hortaliças. E são essas que se mantêm até hoje. Famílias que vivem disso até hoje. Vi esses empreendimentos surgirem e ganharem força ao longo do tempo. Com recursos próprios, depois de um período, essas pessoas foram expandindo, e continuam se sustentando disso.*

A promoção da inclusão financeira de populações com carência de apoio institucional, muitas vezes pertencentes às periferias regionais, ao promover a dinamização dos fluxos comerciais da região, fortalece a economia local e a autonomia financeira produtiva da comunidade, sendo essa a missão central desses tipos de instituições sociais solidárias. Mas o fato de, por vezes, não gerar receita para se manter reforça o quanto dependente esse tipo de iniciativa é de um governo ativo na pauta de economia solidária. O papel do Estado é de suma importância para o desenvolvimento alternativo:

O papel do Estado é requerido como indutor do surgimento e avanço de práticas representativas de um modo alternativo de produção ao capitalismo e de novas experiências organizativas. A efetividade de sua atuação está relacionada a diversos fatores dos quais, destacam-se: o avanço no apoio aos empreendimentos solidários, à formação de redes de produção, comercialização e trocas, ao estabelecimento de um sistema de finanças solidárias; ao florescimento de uma consciência favorável nas comunidades envolvidas e entre os seus gestores; à constituição de um arcabouço legal apropriado e específico que inclua aspectos favoráveis em termos de tributação, compras públicas e crédito popular. (Monteiro, 2009, p.121)

O fim das relações cotidianas que o Banco ITA possuía com a comunidade trouxeram impactos negativos à população, pois o papel do banco não era apenas de fornecer linhas de

créditos, mas também fornecer suporte na gestão dos empreendimentos fomentados através do banco. Como a rotina da voluntária se dividia entre o trabalho que lhe rendia o seu sustento e as atividades do banco, não foi mais possível fazer esses acompanhamentos dos empreendimentos, o que levou alguns deles a encerrarem suas atividades. A entrevistada cita um exemplo de uma padaria comunitária que veio a encerrar suas atividades devido à falta de acompanhamento de gestão que o banco oferecia e à falta do crédito acessível, de forma que não era mais possível manter a rotina de visitas para monitoramento de inadimplência.

A dependência dos empreendimentos que surgiram e prosperaram através de bancos comunitários revelam a importância do acompanhamento que esses bancos fazem. A prática de proximidade pedagógica, com construção coletiva de orçamentos, visitas feitas regularmente, pesquisas de preço e análises de viabilidade de mercado, colaborava para a uma vida contínua e sólida desses empreendimentos. Essa valorização do mercado local visa o alcance do protagonismo comunitário, através de instrumentos necessários para manter a otimização organizacional interna, para assim solidificar sua estrutura e a capacidade de reação a dificuldades externas. O caso do Banco ITA mostra que a pauta da economia solidária é um ambiente de práticas que exigem presença e acompanhamento constante. Para além disso, políticas públicas ativas são fundamentais para que exista amparo a essas instituições comunitárias, garantindo que suas atividades possam ser continuadas plenamente. Essa fragilização que a ausência de apoio estatal ao banco causou à economia local do assentamento não foi apenas relacionada ao acesso democrático ao crédito, mas também à perda de espaço de formação e crescimento. Essa desestruturação mina a base de sustentabilidade da autonomia produtiva da comunidade.

Na entrevista, foi levantada a possibilidade de alternativas para suprir as funcionalidades que o Banco ITA não pode mais fornecer e, segundo a entrevistada, há uma grande dificuldade nesse ponto, visto que, por mais que houvesse pessoas capacitadas para atuar na área, existe ainda uma carência de apoio institucional e muito preconceito com iniciativas de cunho solidário que não visam o lucro, o que leva a descrédito aqueles que poderiam servir de ajuda para voltar os trabalhos rotineiros que o banco fazia. Essa é uma forma de deslegitimar modelos de desenvolvimento que não possuem retornos monetários apesar de apresentarem impactos duradouros, sólidos e mensuráveis na sociedade. A falta de reconhecimento de iniciativas como o Banco ITA corrobora para uma desmobilização de modelos de economias autônomas, uma vez que projetos capitalistas, onde se visa o mercado especulativo, são blindados e incentivados

institucionalmente. A crise bancária do ano de 2008 é um exemplo notório, onde os Estados foram convidados a intervir com a finalidade de socorrer as instituições financeiras e economias evitando consequências maiores causados pelo colapso especulativo imobiliário, investindo mais de 70 trilhões de dólares até o final do ano de 2009 (Jardim, 2013). Isso mostra a assimetria de tratamentos vindos do governo com relação a instituições solidárias e capitalistas, uma vez que iniciativas comunitárias não dispõem de mecanismos fortes de proteção estatal, diferentemente de bancos tradicionais. Experiências locais que geram justiça econômica, esforço financeiro coletivo e inclusão sofrem desvalorização institucional justamente por não seguirem a lógica do lucro de capital.

4.3 Perspectivas futuras do Banco ITA

Para a entrevistada, estabelecer parcerias e ter pessoas liberadas para atuar no banco fará toda a diferença na continuação ativa das atividades. O trabalho exercido pela entrevistada, efetuado voluntariamente, é mantido graças ao apoio que a comunidade proporciona. Nas palavras dela:

A comunidade é muito parceira. Inclusive, eu consigo manter essas atividades graças a essas pessoas. Esse comitê gestor mesmo, por exemplo, nunca foi destituído. Ele continua em funcionamento. São essas pessoas com quem eu converso, mesmo por telefone. Digo: 'Este mês tem tais pessoas solicitando crédito. Podemos fazer? E eles respondem: 'Pode, vai em frente.' E assim, passo a situação para eles, mesmo que à distância. A comunidade é muito parceira nesse sentido. O que realmente falta são pessoas disponíveis para executar as atividades do dia a dia: conversar com o comércio, visitar empreendimentos, tudo isso.

Existir atualmente ainda uma curadoria para fornecimento de crédito com as condições impostas por circunstâncias de força maior mostra o elevado grau de compromisso que ainda há com a comunidade. O capital social e a legitimação da pauta solidária que foi construída ao longo dos anos evidencia a vitalidade da governança comunitária existente e resistente. A revitalização do banco não exige muito investimento, mas sim um olhar específico institucional, a fim de tratar a falta de eficiência que o banco passou a ter devido aos déficits de políticas voltadas para a economia solidária.

Ainda há debates que buscam maneiras de retomar as atividades do banco, pois, como destacado pela entrevistada, de todos os projetos levantados no assentamento Itamarati, o que

melhor trouxe resultados para a comunidade foi o Banco Comunitário. Pelas palavras da entrevistada:

Foi com ele que conseguimos atender mais pessoas e, de fato, ajudar. Era visível que a pessoa conseguia progredir a partir de uma orientação e de um recurso limitado, já que os créditos sempre foram pequenos.

Isso mostra a importância e a grandeza da atuação desses modelos de economia participativa na comunidade de onde é ativa, pois seus benefícios sociais são diretamente sentidos pela população. Seu alcance permitiu atender inúmeras pessoas que muitas das vezes não estão no radar de políticas públicas e não conseguem acesso aos sistemas bancários tradicionais. Mesmo a operacionalização sendo feita com baixo recurso, o acompanhamento próximo às pessoas, a orientação e a assistência trouxeram efeitos sólidos sobre a autonomia econômica da região. A existência da expectativa de revitalização do banco parece distante pelo fato de depender do apoio governamental que, por sua vez, não levanta esforços para adicionar a pauta da economia solidária em seu itinerário, mas a mobilização comunitária em torno da proposta da produção participativa e a continuação dos trabalhos, ainda que pontuais, traz esperança de uma retomada das atividades que, anteriormente, eram um dos principais pilares do desenvolvimento da região.

Todo o progresso conquistado pela economia local com a ajuda do Banco ITA só foi viabilizado através das políticas públicas voltadas à manutenção da economia solidária. A entrevistada ressalta que, dadas as particularidades de cada região, foi graças a essas políticas de fomentação econômica autônoma que houve a disponibilização de pessoas liberadas para atuar. Sem essas pessoas, não haveria total ação dentro da capacidade de performance do banco, tendo em vista que existe a necessidade de mapear as demandas, levantar-se fóruns para se entender qual o tipo de política de crédito aplicar, levando em conta as necessidades da época, que vão variando ao longo dos anos. A ausência de um olhar estatal sobre essas necessidades faz com que a situação atual se perpetue e acabe até avançando para a obsolescência de suas atividades. Ainda existe a preocupação da falta de estrutura para poder continuar atuando na comunidade de maneira efetiva, com acompanhamentos para evitar a inadimplência, pesquisas locais para se entender as demandas solicitadas, formas de aproximar mais pessoas. É de suma importância que haja a sonhada revitalização para tornar novamente viável as funcionalidades que o banco exerceia.

Há um sentimento de frustração devido à limitação e à precarização das atividades realizadas pelo Banco ITA, o qual, com o passar do tempo, sofre cada vez mais com a falta de investimento para que haja a continuação de circulação dos recursos no assentamento. A falta de acompanhamento técnico faz com que os grupos produtivos locais percam a capacidade de organização e articulação da comercialização de seus produtos, promovendo uma desarticulação de um ecossistema financeiro solidário e autônomo, antes mantido pela mobilização comunitária e apoio institucional. Como levantado pela entrevistada:

[...] Se não houver pessoas motivando, promovendo fóruns na comunidade, levantando demandas, discutindo no que vamos investir os recursos, reformulando nossa política de crédito, que não pode ser sempre a mesma, pois as necessidades mudam com o tempo, dificilmente conseguimos avançar. Ficamos como estamos agora: fazendo uma coisa e outra, 'chovendo no molhado'. Estou socorrendo dentro do que sei que posso, mas sem estrutura. A preocupação é: como acompanhar? Como garantir que o recurso retorne? Como atender outras pessoas? Acho que isso é fundamental para que a gente se reestruture. Para que os grupos produtivos também se reorganizem, consigam produzir e comercializar seus produtos de forma diferenciada, porque hoje isso está praticamente esquecido.

Apesar da existência de dificuldades no manejo de liberação e monitoramento, o Banco ITA é um exemplo de resistência, persistindo em seu trabalho de importante relevância social e de preciosos retornos econômicos aos participantes dessa lógica econômica solidária. Sua capacidade estratégica na fomentação de autonomia na produção local trouxe efetividade ao seu objetivo: promover desenvolvimento regional, dinamizar a economia do Assentamento Itamarati e democratizar o acesso ao crédito. A reestruturação do banco traria não só a volta de um instrumento de viabilidade financeira ao povo local, mas a reafirmação da importância da organização social, da revitalização da cidadania, sustentabilidade local e justiça econômica.

5 Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo trazer para debate a importância da pauta da economia solidária como estratégia de fomento do desenvolvimento social e crescimento econômico endógeno, tendo como estudo de caso o Banco Comunitário ITA, do Assentamento do Itamarati, Ponta Porã-MS. A partir da perspectiva de inclusão financeira e da valorização da participação da comunidade na gestão produtiva local, buscou-se analisar os conceitos voltados à cooperação coletiva e trazer clareza às atividades de cunho solidário e comunitário onde se evidencia a

forma que a autogestão produtiva beneficia o povo local envolvido, promovendo maneiras democráticas e sustentáveis de organização social de trabalhos voltados à população.

No estudo, foi analisado o contexto histórico de cooperação e de institucionalização da economia solidária que ocorreu no começo dos anos 2000, havendo a implantação de políticas voltadas para a manutenção de economias solidárias que vinha surgindo. Foi nessa época que foi instituída a SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho, e sua atuação foi de grande importância, visto que serviu de influência para a ampliação dos trabalhos voltados ao desenvolvimento econômico em certos locais. A Secretaria levantou esforços não apenas para promover políticas voltadas à renda a partir da iniciativa coletiva, mas atuou também como um agente articulador do estado, abrindo caminho para movimentos sociais apoiados por organizações comunitárias e, assim, consolidando a experiência de iniciativas solidárias como os BCDs.

Nessa perspectiva, os BCDs surgem no Brasil como instrumento de governança comunitária, onde sua atuação busca trazer benefícios econômicos e sociais nas localidades na qual este BCD está inserido. O pioneiro e exemplo para todos os outros que vieram a surgir depois é o Banco Palmas, em Fortaleza. Ele mostrou a possibilidade de se construir um sistema de circulação de riqueza interna com linhas de crédito em real a juros de valor irrisório e linhas de créditos em moeda social. As moedas sociais têm um importante papel de manter os recursos gerados na região, favorecendo o comércio local, trazendo desenvolvimento social e inclusão cidadã através da democratização do acesso ao crédito. Os BCDs, como o Banco Palmas, mostram como os mecanismos inovadores de finanças populares fomentam economias locais, promovem a autogestão e a organização solidária a fim de garantir a solidificação da economia interna onde há produção, geração de renda e redistribuição dos ganhos.

A economia solidária encontrou caminhos para atuação em todo o país, sendo um deles no Assentamento Itamarati. O Banco ITA surgiu com a ideia de fomentar a economia da região através da disponibilização de linhas de crédito, acompanhamento dos empreendimentos com visitas técnicas, pesquisas de preços e análises mercadológicas. Notou-se que esse tipo de cuidado trouxe benefícios importantes à população, refletindo um bom estruturamento da economia local, trazendo também dinamização produtiva e fortalecimento do comércio. Com o rebaixamento da SENAES para subsecretaria em 2016, os BCDS encontraram muitas dificuldades para se manterem ativos, o que evidenciou a dependência desses bancos às

políticas públicas e a importância da continuação ininterrupta dessas políticas para a sobrevivência dessas iniciativas solidárias.

Foi levantado um estudo de caso para se compreender a situação do Banco Comunitário ITA atualmente, onde foram analisados os impactos sofridos após a redução de força da Secretaria. Através de uma entrevista semiestruturada, foi possível entender de uma forma mais clara as reais perdas que ocorreram, evidenciando a fragilização causada pelo sucateamento das ações públicas voltadas à economia solidária a partir de 2016, trazendo até o instante presente as consequências ainda reverberadas devido ao elevado enfraquecimento da pauta. A articulação institucional se mostrou preciosa para garantir a expansão das experiências solidárias, sendo o pilar principal no financiamento que serve de manutenção para manter as atividades de forma contínuas. A situação atual dos BCDs é um reflexo do desinteresse estatal com o tema da autonomia econômica, em especial com o Banco ITA, que acabou perdendo funcionários, capital, estrutura de atendimento e espaço para atuar.

Deste modo, verificou-se a importância de políticas pautadas na produção comunitária, no qual o viés não é apenas emergencial ou compensatório, mas sim de estratégia efetiva para a sustentabilidade econômica local e superação de desigualdades presentes. Experiências como o Banco ITA necessitam de reconhecimento institucional a fim de que as políticas que cheguem até essas iniciativas não sejam apenas transitórias, mas algo duradouro, que permanecerá em vigência independentemente dos ciclos eleitorais. O potencial apresentado pelos BCDs ilustra a capacidade de transformação que esses bancos podem gerar, promovendo representatividade, dinamização dos círculos econômicos, fortalecimento de arranjos produtivos regionais e alternativa aos meios de financiamentos tradicionais.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BENINI, Élcio; GUALBERTO DE OLIVEIRA, Eziel; MELGES, Fabio. Crédito solidário e desenvolvimento local participativo: uma investigação a partir da atuação dos bancos comunitários. **Interações**, v. 24, 2023.
- CHIARIELLO, Caio Luis. A trajetória da SENAES em prosa e números: consolidação e requiem de uma agenda pública para a economia solidária. **Org & Demo**, v. 21, n. 2, p. 97-116, 2020.

DE SOUSA, Letícia Pulcides. Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.2, n.2, abril 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **BAHIA ANÁLISE & DADOS** Salvador, **SEI** v. 12, n. 1, p. 9-19, Jun. 2002.

FRIZON, Nayana; CARVALHO, Hilano José Rocha de; ZANIN, Maria. Bancos comunitários de desenvolvimento: tendências e lacunas nas publicações acadêmicas brasileiras. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 17, n. 32, 2015.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 2021.

HILL, Elizabeth; MEAGHER, Gabrielle. Doing 'Qualitative Research' in Economics: Two Examples and Some Reflections. **Open Discussion Paper in Economics**, n.16, 1999.

IAZDI, Oz. Uma análise da multidimensionalidade das percepções de justiça em um tipo ideal de economia solidária e nos empreendimentos econômicos solidários do Paraná. **Revista de Economia**, v. 42, n. 77, p. 193-221, 2021.

JARDIM, Maria. Chaves. A crise financeira de 2008: os discursos e as estratégias do governo e dos fundos de pensão. **Dados**, v. 56, n. 4, p. 901–941, out. 2013.

JÚNIOR-MESTRE, Jeová Torres Silva. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v.1, n.1, Ed. Especial, p.1-18, set.-dez. 2007.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n.56, out. 2004.

MONTEIRO, Péricles Cerqueira. **Economia solidária como política pública: desafios de uma construção - reflexões a partir da experiência baiana**. Dissertação apresentada ao núcleo de pós-graduação em administração da Universidade Federal da Bahia, 2009.

OLIVEIRA, Eziel Gualberto de; BENINI, Élcio; MELGES, Fabio. Crédito solidário e desenvolvimento local participativo: uma investigação a partir da atuação dos bancos comunitários. **Interações** (Campo Grande), v. 24, n. 3, p. 1003-1020, 2023.

SILVA, Lucimara Inácio da; VIEIRA, Rosele Marques; SILVA, Marcos Antônio da. Economia solidária e desenvolvimento local: uma análise da atuação do Banco Comunitário Pirê em Dourados (MS). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 13, n. 3, p. 115-133, 2020.

SINGER, Paul; SILVA, RMA da; SCHIOCHET, Valmor. Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem Miséria. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.